

Como usar o conhecimento

Relatório britânico avalia experiências criadas para ampliar o alcance de informações baseadas em evidências científicas

Bruno de Pierro



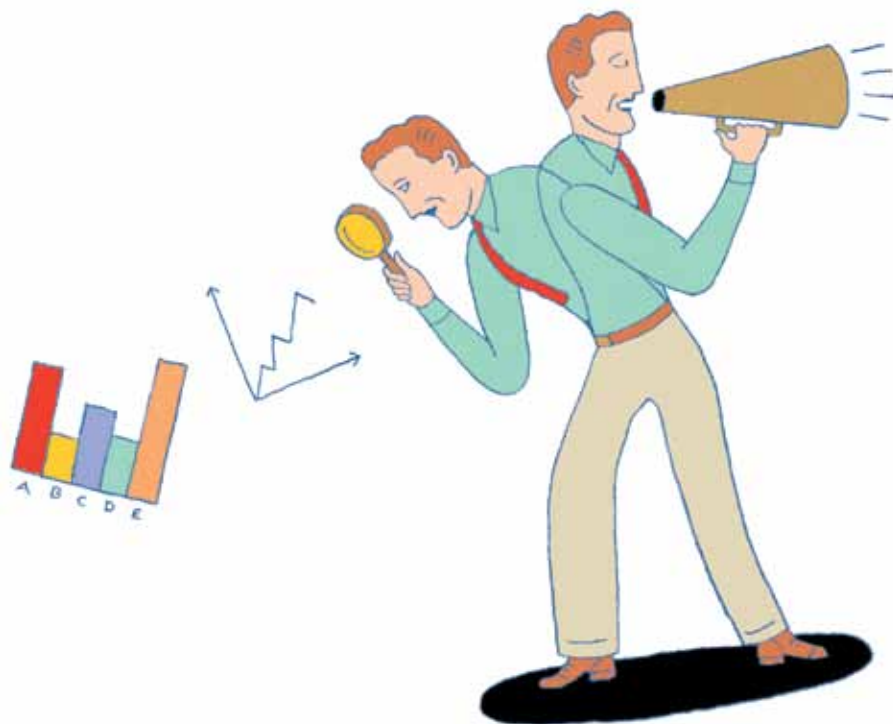
Países como Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha criaram nas últimas décadas uma série de iniciativas para melhorar a comunicação pública de resultados de pesquisa, com o objetivo de ajudar autoridades e gestores a fazer o melhor uso possível de informações baseadas em evidências científicas. Agora, um grupo de pesquisadores britânicos decidiu debruçar-se sobre essas experiências para avaliar o que funcionou. O resultado desse esforço é o relatório “Using evidence – What Works?”, uma parceria da organização não governamental The Alliance for Useful Evidence com pesquisadores da University College London (UCL) e da fundação de pesquisa em saúde Wellcome Trust. A íntegra do documento está disponível em bit.ly/AUEvidence. “Boa parte das pesquisas é financiada com recursos públicos. Se não compreendermos como estimular o uso de seus resultados na formulação de políticas e programas eficientes, perderemos oportunidades”, explica David Gough, professor da UCL e um dos coordenadores do relatório.

Foram avaliadas mais de 150 iniciativas descritas em artigos científicos e livros publicados nos últimos anos. Em pelo menos 30 exemplos foi possível observar algum sucesso na estratégia de ampliar a assimilação de informações científicas pela sociedade. Um exemplo mencionado é o dos chamados *journal clubs*, como são conhecidos os fóruns de leitura e discussão de artigos científicos criados em departamentos de universidades e instituições de pesquisa. Houve uma evolução no perfil desses clubes, antes utilizados principalmente por pesquisadores de uma determinada área. Agora, tais fóruns também estão se disseminando em redes sociais – hoje, há grupos de discussão sobre temas médicos e acadêmicos, sobretudo no Twitter, que trocam informações relacionando *papers* recém-publicados a uma *hashtag* comum. “Os *journal clubs* podem ajudar profissionais a encontrar o tipo certo de evidência que atenda suas necessidades”, diz o relatório. Ao compartilhar e analisar artigos científicos, profissionais de uma determinada área conseguem

compreender melhor como as evidências podem se encaixar no seu trabalho, em vez de apenas seguir conselhos abstratos sugeridos por especialistas.

Também são mencionados exemplos bem-sucedidos de aproximação de instituições de pesquisa com o público leigo. A Universidade de Brighton, no Reino Unido, abriu um canal para a participação da população da região, pelo qual os cidadãos podem sugerir temas de pesquisa e participar de sua execução. Entre dezenas de projetos realizados conjuntamente por pesquisadores, estudantes e membros da comunidade, um destaque foi a criação de um sistema de alerta sobre a qualidade do ar, por meio de mensagens enviadas a telefones celulares.

O relatório vê resultados positivos em programas de treinamento voltados para gestores e funcionários públicos. A Universidade Harvard tem um programa chamado Evidence for Policy Design, com cursos on-line que buscam capacitar profissionais a lidar com informações científicas. Outro exemplo é o da própria Alliance for Useful Evidence, que oferece



um curso para gestores. Essa organização é financiada por recursos de uma loteria e do Conselho de Pesquisa Econômica e Social do Reino Unido (ESRC).

PALAVRAS CERTAS

Outro destaque são as estratégias para ampliar a percepção do público sobre textos científicos. Contar histórias que cativem a audiência e evitar o jargão técnico são alguns recursos recomendados, além de lançar mão de ferramentas de divulgação como as redes sociais. Já a experiência do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) mostra a importância de encontrar as palavras certas para informar o público leigo sobre os resultados de pesquisas científicas. Nos dois últimos relatórios, o órgão preferiu utilizar termos como “provável” ou “altamente improvável” para comunicar suas previsões ao público. Embora distantes da precisão exigida no debate científico, essas expressões são mais compreensíveis pela população.

Uma das contribuições do relatório, na avaliação do biólogo e professor da

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Carlos Joly, é destacar a importância do trabalho conjunto de cientistas e gestores. “Os casos apresentados mostram que é possível criar ambientes de interação capazes de abarcar todos os atores envolvidos. Essa abordagem é trabalhosa, mas pode levar a soluções sólidas e duradouras”, afirma. Joly é coordenador do programa Biota-FAPESP, criado em 1999, cujos resultados de pesquisa inspiraram a legislação ambiental paulista, servindo de referência para a formulação de 23 resoluções e decretos estaduais. Ele lamenta que o exemplo do Biota seja pouco disseminado no país. “Mesmo em estados onde a comunidade científica é mais ativa, os pesquisadores enfrentam obstáculos para influenciar gestores públicos.”

Com experiência na administração pública nas áreas de ciência, tecnologia e educação, ocupando cargos no governo federal, e na formulação de relatórios do IPCC, do qual foi membro, o climatologista Carlos Nobre diz que o relatório apresenta boas ideias, mas faz ressalvas.

“O documento tem o mérito de apontar caminhos práticos para incentivar a comunicação entre cientistas e tomadores de decisão. No entanto, os casos têm alcance apenas local ou regional. Ele não toca na questão de como a ciência pode influenciar políticas nos níveis nacional e global, em assuntos como segurança nacional ou desenvolvimento sustentável”, avalia Nobre, que é membro da Rede Internacional para Aconselhamento Científico a Governos (Ingsa, na sigla em inglês).

Outro aspecto destacado por Nobre é que muitos exemplos do documento são da área da saúde. “Quando se trata de salvar vidas, resultados de pesquisa tendem a ser absorvidos rapidamente. Já em outras áreas, como energia, isso é mais difícil identificar”, diz. Segundo ele, é necessário incluir cientistas na concepção das políticas. “O que se costuma fazer é pedir a opinião de pesquisadores quando algum projeto de lei já está tramitando no Congresso”, diz Nobre. “Isso não basta. É preciso que tomadores de decisão, cientistas e representantes da sociedade se envolvam desde os primeiros debates. Esse conceito é conhecido como codesenho”, diz Nobre.

Um exemplo desse tipo de interação ocorreu na formulação do relatório “Bioenergy & sustainability: Bridging the gaps”, parceria entre a FAPESP e o Comitê Científico para Problemas do Ambiente (Scope, em inglês). Lançado em 2015, o documento baseou-se em cerca de 2 mil estudos feitos por 137 especialistas de 24 países. “O objetivo é influenciar as políticas em bioenergia em escala global. Por isso, durante a elaboração, foram realizadas várias reuniões envolvendo cientistas e autoridades”, conta Glaucia Mendes Souza, membro da coordenação do Programa FAPESP de Pesquisa em Bioenergia (Bioen) e coeditora do documento.

O relatório do Scope fornece resultados de pesquisas combinados com uma análise do panorama atual da bioenergia e uma revisão crítica de seus impactos. “Para que nossas recomendações tenham impacto global, precisamos lidar diretamente com governos. Isso implica dialogar com ministérios, o que exige um esforço contínuo não só de comunicação, mas também de articulação com todos os atores envolvidos”, afirma Glaucia. ■